PARLAMENTO NACIONAL
República Democrática de Timor-Leste

Gabinete do Presidente

INTERVENÇÃO DE S.EXA O PRESIDENTE DO PARLAMENTO NACIONAL
ADÉRITO HUGO DA COSTA

Por ocasião das "Celebrações dos 20 Anos do Anuncio da Atribuição do Prémio Nobel da Paz de 1996, a Dois Filhos Timorenses"

Conferência Internacional com o tema geral do "Papel do Cidadão para o Desenvolvimento do Bem-Estar"

7 DE OUTUBRO DE 2016

Sua Excelência Senhor Presidente da República Democrática de Timor-Leste,
Sua Excelência Senhor Ex-Presidente da República de Mozambique,
Sua Excelência Senhor Ex-Presidente da da República Democrática de Timor-Leste,
Reverendíssimo Senhores Bispos,
Sua Excelência Senhor Primeiro-Ministro,
Sua Excelência Senhor Presidente do Tribunal de Recurso,
Excelentíssimos Senhores Laureados pelo Prémio da Paz,
Excelentíssimos Distintos/as Deputados,
Membros do Governo,
Excelentíssimos Senhores Convidados,

O Prémio Nobel da Paz é o maior galardão que alguém pode receber, porque é um prémio que fala às mais elevadas aspirações da humanidade. É atribuído normalmente a personalidades que não se deixaram acorrentar pelo destino. Que rompem as amarras do fatalismo e cujas acções fizeram a diferença, conduzindo a que a história se inclinasse na direcção dos valores humanistas e de justiça. Figuras incontornáveis da história recente foram brindadas com este prémio: Nelson Mandela, Martin Luther King, Madre Teresa de Calcutá, Desmond Tutu, Gorbachev e muitos outros. Homens e mulheres que elegeram a dignidade humana como seu modo de vida.

Antes de 1996 ao ouvirmos estes nomes, e sobretudo se tomarmos em consideração a sua dimensão mundial, nunca pensaríamos que o mundo poderia reconhecer o trabalho notável de dois homens que, muitas vezes num pesado silêncio, lutavam por uma solução justa e pacífica para Timor-Leste.

Estávamos longe de pensar que dois filhos de Timor-Leste, Dom Carlos Filipe Ximenes Belo e Dr. José Ramos Horta iriam receber o mais prestigiado e importante prémio mundial que exalta os seu papéis na prossecução da paz.

E por isso, não posso deixar de enviar a minha mais calorosa saudação ao Dr. José Ramos Horta, aqui presente nesta sala, e ao Dom Carlos Filipe Ximenes Belo, que nos ajudaram a colocar Timor-Leste na agenda mundial. Depois da atribuição do Prémio Nobel da Paz a Ramos Horta e a Ximenes Belo, que nos enche a todos de honra, a luta pela independência tomou finalmente o rumo decisivo e os ideais da liberdade e autodeterminação conquistaram avanços que já não voltariam atrás, consolidando com firmeza uma visão do mundo que se transformou num legado do qual o nosso país merecidamente se orgulha.

No entanto, desde 1996 o mundo mudou, passado duas décadas sobre a atribuição deste prémio, o novo século acordou com desafios diferentes. Já não há o medo de um conflito entre duas superpotências nucleares, mas surgiram ameaças assimétricas como o terrorismo transnacional, que permite que um pequeno número de homens, munidos de ódio, aterrorize nações inteiras trazendo incerteza ao coração da nossa civilização.

Hoje a Paz é uma realidade mais difusa. As guerras entre países deram lugar a guerras entre Nações, através da ressurgência de conflitos étnicos ou sectários levando a que cada vez morram mais civis do que militares, comprometendo o futuro de gerações inteiras onde economias são arrasadas, sociedades civis dilaceradas, criando vagas enormes de refugiados e deslocados internos.

O mundo nestas duas décadas evoluiu para uma realidade muito mais complexa, o que requer uma nova visão, mais trabalho árduo e comprometimento dos estados e da sociedade civil e sobretudo persistência na manutenção dos valores e princípios humanistas, conquistas fundamentais do século XX.

Apesar dos desafios serem diferentes, os objectivos continuam os mesmos: a Paz e as relações pacíficas entre os Povos, que garantam

um futuro melhor para os nossos filhos, com mais liberdade e prosperidade.

Mas a Paz não é apenas a ausência de conflitos visíveis, mas também na dignidade baseada nos direitos fundamentais inerentes a todo o individuo. Só assim será uma paz justa e verdadeiramente duradoura.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Foi essa percepção que animou os responsáveis pela redação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, depois da Segunda Guerra Mundial. Diante a devastação, reconheceram que caso os direitos humanos não fossem protegidos, a paz seria uma promessa vazia sem garantias de permanência.

Infelizmente ouvimos muitas vezes que o desrespeito pelos direitos humanos é justificado com uma falsa sugestão de que eles representam princípios dos países mais desenvolvidos e ocidentais, externos às culturas locais ou ao estágio de desenvolvimento de uma nação.

Não há nada mais errado e oportunista que esta afirmação, pois a paz é sempre instável em países nos quais os cidadãos não disfrutam do direito de falar livremente ou optar pela sua religião. Nestas

circunstâncias, as queixas e as pressões acumuladas terminam sempre por se inflamar e a supressão das diversas identidades acaba sempre por gerar violência.

Timor-Leste cedo compreendeu essa importância e se verificarmos o nosso perfil de voto nas Nações Unidas e os tratados dos quais integramos, rapidamente concluímos que temos um perfil muito singular na Ásia. Reconhecemos que em grande parte este percurso de Timor-Leste acabou por ser influenciado pelas Nações Unidas que acabam por estar no código genético da nossa consolidação como Estado independente, mas também são fruto de décadas luta pela afirmação da nossa auto determinação e do cumprimento dos mais basilares direitos humanos.

Timor-Leste é a prova que as legítimas aspirações de um povo, assentes em valores universais, são bem mais fortes que poderosos exércitos. Que armas como a esperança e a vontade inalienável de ser livre são mais eficazes que modernas tecnologias bélicas.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Falar de Paz, é também falar de desenvolvimento. Uma paz justa não se pode só concentrar nos direitos civis e políticos, mas também na

segurança e oportunidades económicas que garantam um desenvolvimento sustentável.

A verdadeira paz não significa estar livre do medo, mas também das livre das dificuldades materiais que permitem aos povos ter uma visão de esperança e de futuro.

Não há paz permanente e justa, sem acesso a comida suficiente, água potável, educação e cuidados de saúde fundamentais ou sem trabalho digno para que as famílias garantam a sua subsistência. A falta de esperança pode ser tão destruidora quanto a repressão de direitos fundamentais.

É por isso que é fundamental garantir o desenvolvimento do bem-estar como factor determinante na consolidação da paz estável e duradoura.

É importante reconhecer que, em regra, todo o homem aspira às mesmas coisas: todos esperamos ter uma hipótese de viver a vida com felicidade e realização para nós mesmos e para as nossas famílias. O caminho não é fácil, mas temos que acreditar que, ainda que a natureza humana posa ser imperfeita, a condição humana pode ser aperfeiçoada.

E esse é o papel é a medida da nossa obrigação enquanto políticos!

E por isso, aproveito para agradecer e saudar a iniciativa de organização desta conferência, que trará com toda a certeza conclusões que inspirarão a acção política em Timor-Leste em prol da garantia do desenvolvimento sustentado da nossa Nação.

Muito obrigado!